



XIX PLENÁRIA NACIONAL DO FNDC

São Paulo | 21 a 23 de abril

25 anos
em defesa
da democracia
na comunicação
e no Brasil

**TESE DE
CONJUNTURA**

Expediente

Coordenação Executiva FNDC 2016-2018

Coordenação Geral

Renata Mielli

Centro de Estudos da Mídia Alternativa
Barão de Itararé

Secretaria Geral

Bia Barbosa

Intervozes

Secretaria de Finanças

Israel do Vale

Associação Brasileira de Emissoras Públicas,
Educativas e Culturais (Abepec)

Secretaria de Organização

Roni Anderson Barbosa

Central Única dos Trabalhadores

Secretaria de Comunicação

Elizabeth Costa

Federação Nacional dos Jornalistas

Secretaria de Políticas Públicas

Nascimento Filho

Federação Interestadual dos Trabalhadores em
Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert)

Secretaria de Formação

Cristina Castro

Confederação Nacional dos Trabalhadores em
Estabelecimentos de Ensino (Contee)

Secretaria Executiva

Pedro Rafael Vilela

Arte e diagramação: Elizângela Araújo

TESE DE CONJUNTURA APROVADA NA XIX PLENÁRIA NACIONAL DO FNDC

1. A XIX Plenária Nacional do FNDC ocorre em um momento de ofensiva das forças políticas conservadoras no país e na América Latina. A aprovação da admissibilidade do processo de impeachment na Câmara dos Deputados aprofunda o acirramento político no país e aumenta a instabilidade política.

2. Este cenário começou a se delinear de forma mais clara desde o final de 2014, quando os setores conservadores, derrotados na disputa presidencial, passaram a construir diferentes estratégias para inviabilizar o Governo Dilma.

3. Cabe destacar, entretanto, que a Presidenta tem, desde o início de seu segundo mandato, tomado medidas equivocadas para enfrentar a crise. Tem privilegiado a aliança com partidos de centro-direita e adotado uma agenda econômica conservadora para agradar ao mercado. Além disso, propõe uma Reforma da Previdência que ataca os direitos dos trabalhadores/as e tomou a decisão de abrir para o capital estrangeiro a exploração do pré-sal, abrindo mão da exclusividade da Petrobras no processo de perfuração. Ainda em 2014, iniciativas e proposições do governo ou de sua base aliada, como o orçamento impositivo e a emenda que permite ao capital internacional atuar na assistência à saúde, fortaleceram setores conservadores. No campo social, partem do governo iniciativas de caráter conservador como Lei Anti-Terrorismo, recém-sancionada com vetos, mas ainda prejudicial. Assim, na busca de estancar a crise econômica e a instabilidade política, o governo adota medidas que vão contra a agenda de mudanças progressistas que garantiu sua vitória nas urnas, e o afasta de sua base social, o que contribui para reduzir ainda mais sua popularidade.

4. A fragilidade política do governo se agravou com a crise econômica internacional. As medidas anticíclicas adotadas foram insuficientes para a sua superação. É mais do que necessário a realização das reformas estruturais como a Tributária, a Agrária, a Urbana, a do Sistema Financeiro e a Democratização dos Meios de Comunicação.

5. O fato do governo não ter enfrentando a regulação do setor de comunicação possibilitou que os meios de comunicação comerciais e he-

gemônicos continuassem a agir como partidos políticos de oposição ao governo (posição assumida logo após a posse de Lula e confessada pela então presidente da ANJ, Judith Brito, em 2010) e a se tornarem instrumentos do golpe político em curso.

6. A sinalização de Dilma, durante a campanha eleitoral, de que a discussão sobre a regulação econômica dos meios de comunicação seria uma das prioridades do segundo mandato foi totalmente abandonada. As duas mudanças no Ministério das Comunicações não alteraram o quadro de omissão do governo – que vem desde Lula – diante dos demandas da mídia. O Minicom continuou sendo tratado como um balcão de negócios – sobretudo para atender os interesses das empresas de telecomunicação – e o governo claramente não teve vontade política, nem coragem, para enfrentar os ‘barões da mídia’.

7. Apesar das inúmeras denúncias feitas pelo movimento social – algumas delas resultaram, inclusive, em medidas e ações movidas pelo Ministério Público Federal –, o Ministério das Comunicações não alterou seus procedimentos internos para ampliar a fiscalização e responsabilizar as emissoras por ilegalidades na exploração do serviço de radiodifusão, como o arrendamento/ sublocação de outorgas e transferências irregulares de licenças – principalmente por parte das igrejas. Pelo contrário, se aproveitando de um pleito histórico das emissoras comunitárias pela redução da burocracia para a obtenção de autorização para as rádios, o MiniCom reduziu, para todas as emissoras, o número de documentos exigidos para a obtenção e renovação de outorgas. O órgão garante que a medida não resultará numa redução da fiscalização das emissoras comerciais de rádio e TV. Enquanto isso, para as comunitárias seguem as perseguições e fechamentos de emissoras e a criminalização de muitas de suas lideranças. E o debate sobre a regulação dos meios segue obstaculizado.

8. Sobre as outorgas controladas diretamente por deputados federais e senadores, o Ministério das Comunicações vigora como réu por omissão em ações que têm sido movidas pelo Ministério Público Federal, pedindo o cancelamento de tais licenças. O MPF, provocado por organizações da sociedade civil (incluindo o FNDC), abriu ações em diferentes estados da federação para que o Estado reveja essas outorgas, consideradas pelos procuradores, inconstitucionais. Nomes como o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o senador Aécio Neves estão entre os denunciados.

9. No processo de digitalização da TV aberta, os interesses dos radiodifusores tem prevalecido no âmbito do GIREL (Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV).

Apesar a importante iniciativa do governo federal de distribuir conversores gratuitamente para as 14 milhões de famílias cadastradas no Bolsa Família, os equipamentos a serem entregues não contarão com mecanismos de interatividade plena. A boa notícia é que eles permitirão o acesso a filmes nacionais cujos direitos pertencem ao Ministério da Cultura e trarão informações sobre políticas sociais do governo federal. Na atrasada escolha do Sistema Brasileiro de Rádio Digital (SBRD), grupos hegemônicos da mídia pressionam contra padrões abertos e livres, como o DRM (Digital Radio Mondiale), mais capazes de ampliar o acesso ao direito de transmissão.

10. Do ponto de vista do conteúdo, os grandes meios de comunicação seguem sem refletir a diversidade cultural e regional do país. Pelo contrário, a programação das emissoras de rádio e TV segue sendo utilizada para reforçar estereótipos, legitimar preconceitos sociais e, muitas vezes, ela própria violar direitos humanos, como é o caso dos programas policiaiscos, que se multiplicaram em todo o país diante do silêncio do Ministério das Comunicações. Pregando um discurso de justificação e defesa da redução da maioria penal, tais programas, que se auto-classificam como jornalísticos, buscando uma proteção por trás do princípio da liberdade de imprensa, simbolizam atualmente o grau de omissão dos agentes fiscalizadores da radiodifusão no país.

11. No âmbito das políticas de telefonia e internet, enquanto a retomada do Plano Nacional de Banda Larga (ou Banda Larga para Todos) parece não sair do papel, o governo federal acaba de realizar uma consulta pública para modificar a Lei Geral de Telecomunicações. O objetivo anunciado é reformular o modelo de telecom em funcionamento no país para responder à demanda de ampliação do acesso à banda larga. O mérito é mais do que positivo, considerando a urgência da necessidade de universalização do acesso à Internet do país, quando 40% da população segue desconectada, sobretudo por razões econômicas. Porém, as declarações do Ministério apontam para um caminho de extinção das concessões de telefonia fixa e flexibilização das regras na prestação dos serviços de telecom, incluindo o serviço de conexão à internet, com sérios prejuízos para a garantia dos direitos dos cidadãos.

12. A mesma disputa entre operadoras de telecom x usuários que se travou na consulta sobre a LGT dentro do MiniCom se repete atualmente na consulta para a regulamentação do Marco Civil da Internet, coordenada pelo Ministério da Justiça. Por pressão das teles, o texto do decreto presidencial colocado em consulta, apesar de reforçar aspectos importantes da lei, traz brechas preocupantes para a violação da neutralidade de rede, um dos pilares do MCI.

13. Na Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), apesar do ministro Edinho Silva ter recebido o FNDC em duas ocasiões, chegando a demonstrar uma maior compreensão da necessidade de se rever critérios para distribuição de verbas publicitárias, as ações da Secom mantiveram a chamada mídia técnica como base e agora apontam para um retrocesso no campo da comunicação pública. A Plataforma pelo Fortalecimento da Comunicação Pública, elaborada pelo FNDC em parceria com dezenas de organizações do campo e lançada em novembro de 2014, nunca saiu do papel. Em outubro de 2014, o leilão da faixa de 700 MHz do espectro radioelétrico da radiodifusão – que agora servirá à expansão da tecnologia 4G por empresas de telecomunicações – criou imenso obstáculo para as emissoras do campo público no processo de digitalização, que segue ameaçado, aliado aos desafios financeiros exigidos para essa transição.

14. Para além da incompreensão acerca do papel estratégico da comunicação pública no país – algo que vem desde o primeiro mandato de Dilma –, na atual gestão cresceram fortemente as críticas, sobretudo pelos trabalhadores/as, de ingerência, quebra da autonomia e tráfico de influência na Empresa Brasil de Comunicação, resultando em duas mudanças no comando da empresa em menos de seis meses. Mais recentemente, a EBC fez uma parceria com o governo federal para transmitir, via multiprogramação da TV Brasil, os novos canais digitais do Poder Executivo (Canal da Saúde, Canal da Educação e NBR) na TV digital aberta, contribuindo para ampliar a confusão entre comunicação pública e estatal. Também chama a atenção a timidez da EBC, que deveria tornar-se um meio atraente de comunicação, notadamente jornalística, de qualidade. Atribuir todos os problemas da EBC às ingerências governamentais pode encobrir a escassez de iniciativas da sua direção e as dificuldades encontradas no âmbito do Conselho Curador e da sociedade civil na provocação de projetos que possam ganhar relevância no cotidiano nacional.

15. Num quadro sem avanços do ponto de vista da democratização das comunicações, a campanha pró impeachment e as ações jurídicas e políticas para desgastar o governo têm, nos grandes veículos de comunicação, um mentor e entusiasta de primeira hora. Cobertura seletiva, manipulação de informações, superdimensionamento da crise econômica, apoio a medidas duras de ajuste fiscal e incentivo às manifestações de rua da oposição são frequentes nos noticiários nacionais. Tal atuação, combinada com atividades massivas nas ruas e nas redes, boicote de setores empresariais e uma ação golpista de setores conservadores enquistados no aparelho do Estado, fortaleceu a direita que tenta promover retrocessos nos avanços sociais dos primeiros 12 anos dos Governos Lula-Dilma. Mais do que isso, a mídia tradicional segue impondo um

discurso único e cerceando um debate plural sobre os rumos do país. Tal comportamento, opressivo, tem recebido aceitação por grande parte da população, tornando ainda mais complexa a obtenção de apoio para iniciativas voltadas à democratização das comunicações.

16. O comportamento geral da mídia no Brasil torna forte a impressão de que temos um único sistema de comunicação. A similaridade entre as abordagens dos temas atingiu um nível impressionante de unificação de versões. Tendo a Rede Globo como cabeça desse sistema, são congregadas quase todas as redes em funcionamento no país. Tais perspectivas ecoam de forma impressionante para as rádios e publicações em papel, sejam jornais, revistas semanais, de propriedade de alguma rede ou não. Essa sincronia produz uma cristalização da versão única sobre fatos e processos, invalida quaisquer sujeitos que pretendam desenvolver uma linha própria de pensamento e tem tornado o ar irrespirável para qualquer aspiração democrática na superação da crise política. Aceita-se, inclusive, a deformação das informações para que se enquadrem no discurso oposicionista.

17. Por outro lado, muitos setores da sociedade legitimam a distorção e manipulação da informação. Até mesmo entre os defensores da democratização da comunicação a aceitação da manipulação pode ser encontrada. Somente gritar contra a Globo indica a fragilidade dos movimentos que deveriam liderar a sociedade em busca da superação de nossa pobreza comunicacional. É o jornalismo como produto social diferenciado do conjunto das iniciativas relacionadas a comunicação social, com procedimentos reconhecíveis e verificáveis, que poderá oferecer a trabalhadores e classes populares informação capaz de produzir desenvolvimento social.

18. No que toca ao contexto internacional, o que se observa é uma tendência de concentração da propriedade dos meios de comunicação, com a concentração das fontes em agências tradicionais e um combate persistente a fontes alternativas como a TELESUR, num fortalecimento da pasteurização e unificação de versões sobre os fatos. As poucas experiências voltadas a submeter a mídia ao controle público sequer chegam a ser conhecidas, como as sanções impostas no âmbito do jornalismo inglês e a investigação sobre a contribuição dos meios para o aprofundamento da crise de 2008. Até meados de março último, era impressionante a uniformidade com que o tema da crise brasileira estava sendo tratado no jornalismo internacional – algo que vai ao encontro da ação dos meios de combate aos governos de esquerda na América Latina e no mundo, capitaneados pela Sociedade Interamericana de Imprensa, que contribuiu com os golpes ditatoriais e militares na região nas décadas de 60 e 70. O desmonte pelo governo de Maurício Macri da Ley

de Mídias – que sempre serviu de inspiração para o processo brasileiro da Lei da Mídia Democrática –, com a aprovação do Decreto 267/2015, que modifica a Lei e fecha as agências reguladoras, fortalece o discurso antirregulação no Brasil, reforça a posição dos oligopólios nacionais e aponta para a necessidade de que o FNDC amplie o debate sobre o tema junto à sociedade civil.

19. O jornalismo alternativo e as novas mídias ocupam, assim, um papel protagonista na transformação da relação da sociedade com a comunicação. A atuação dos novos canais e coletivos são parte do surgimento de uma sociedade midiaticizada, que se tornou participante da produção e distribuição da informação nas redes sociais e na internet em geral. No mundo todo (em especial para grande parte do público jovem brasileiro), esses novos ambientes atingiram a busca cotidiana por informação e isso tende a aumentar. Agindo de forma integrada com a sociedade, a mídia livre e seus ativistas ganham cada vez mais espaço e lideram um processo espontâneo e popular de democratização da comunicação. Um reflexo inquestionável disso está na forma como o repúdio aos monopólios da mídia tradicional adquiriu um papel central nas manifestações contrárias ao golpe político em curso no Brasil.

20. É grave, entretanto, a vulnerabilidade de comunicadoras e comunicadores e lideranças políticas que defendem comunidades periféricas nas grandes cidades, políticas sustentáveis como as da agroecologia e de cisternas no meio rural e também denunciam a forma criminosas como os megaprojetos estão sendo realizados no Brasil. A crise conjuntural tem resultado em verdadeiras campanhas de difamação e desinformação e propagado uma onda de ódio e intolerância, potencializada pelas redes. Essa onda se manifesta em agressões também a políticos de esquerda, lideranças populares e até a artistas progressistas.

21. O Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil - 2015, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), apontou o crescimento das agressões à categoria no ano passado. O levantamento registrou 137 ocorrências, oito a mais do que no ano anterior. O número de assassinatos de jornalistas caiu, mas cresceu o de outros comunicadores: foram duas mortes de jornalistas e nove de outros comunicadores. Foram registrados ainda 16 casos de agressões verbais, 28 de ameaças e/ou intimidações, nove atentados, 13 ocorrências de impedimento do exercício profissional, nove cerceamentos à liberdade de expressão por meio de ações judiciais, oito prisões e ainda um caso de censura. A categoria dos jornalistas ainda foi vítima de violência, como um todo, em dois casos contra a organização sindical. No levantamento dos responsáveis, os policiais militares foram os principais autores em 28 casos (20,44%). Em segundo lugar, aparecem os

políticos/assessores/ parentes com 21 ocorrências (15,33%).

22. No Congresso Nacional mais conservador das últimas décadas, com a Câmara presidida por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), sucedem-se pautas que retiram direitos e retrocedem em termos das liberdades individuais. A bancada BBB (Bala, Boi, Bíblia), impõe ataques aos direitos das mulheres, índios, negros, à comunidade LGBT, às religiões de matriz africana e aos trabalhadores do campo e da cidade, a agenda da redução da maioria penal e a contra-reforma política aprovada são exemplos de um movimento que culminou com a instalação do pedido de impeachment da Presidenta Dilma, numa clara tentativa de golpe contra a democracia.

23. No campo das comunicações, qualquer avanço também encontra dificuldades no Parlamento, apesar dos esforços da FrenteCom (Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular), da qual o FNDC faz parte, e do funcionamento do Conselho de Comunicação Social (CCS), que tem debatido importantes temas da comunicação – apesar de o processo de nomeação das vagas da sociedade civil da atual gestão não ter sido transparente e democrático. Projetos que possibilitariam conquistas no campo da democratização dos meios de comunicação têm recebido pareceres de arquivamento ou simplesmente estão engavetados nas comissões. Enquanto isso, multiplicam-se iniciativas de deputados ligados a Eduardo Cunha para mutilar o Marco Civil da Internet, que, dois anos depois da sanção da lei, ainda não teve seu processo de regulamentação concluído. O principal deles (PL 215/15) recebeu a alcunha de PL Espião por ameaçar a privacidade dos usuários da internet. Na CPI de Crimes Cibernéticos, os setores vigilantes têm ganhado adeptos de que é necessário mudar a legislação para, num ataque à privacidade dos usuários/as, garantir uma suposta segurança à sociedade.

24. No último período, a única notícia positiva para o setor no Parlamento foi a aprovação da lei que regulamenta o direito de resposta. Porém, aprovada no Congresso, a lei já sofre diversos ataques no Supremo Tribunal Federal, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade baseadas na violação do direito à liberdade de expressão. O STF, neste sentido, também tem sido palco de disputas em torno dos limites à regulação dos meios de comunicação. Se, por um lado, a ação das emissoras contra a Lei do SeAC, que regula a TV por assinatura, recebeu voto contrário do relator Luis Fux, que defendeu a regulação econômica dos meios, por outro a ADI 2404 contra a Classificação Indicativa já tem 4 votos favoráveis e apenas 1 contrário. A retomada do julgamento da ação pode se dar a qualquer momento.

25. Neste contexto, os setores progressistas encontram-se numa situação de defensiva e resistência. Apesar das dificuldades históricas para se construir a unidade no âmbito das forças populares, muitas iniciativas frentistas têm buscado articular variadas organizações da sociedade para enfrentar a crise. A Frente Brasil Popular – cuja construção tem contado com intensa participação do FNDC – e a Frente Povo Sem Medo já deram, individualmente e também em conjunto, uma clara sinalização de que o quadro atual só poderá ser revertido com muita mobilização popular. E há espaço para o enfrentamento.

26. O vice-presidente da República, Michel Temer, e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que são dois dos operadores políticos do golpe em curso não contam com apoio social, nem mesmo entre as pessoas que se declaravam favoráveis ao impeachment da Presidenta Dilma. O programa de governo apresentado pelo PMDB - “Ponte para o Futuro” -, se alicerça em propostas de cunho neoliberal para a economia, com retração dos investimentos públicos, redução dos programas sociais e de políticas públicas estruturantes como o Sistema Único de Saúde. As especulações em torno de seu gabinete ministerial listam nomes como Armínio Fraga, José Serra e Aires Brito. A extinção de ministérios como o da Cultura e os voltados para as áreas sociais já é tida como certa.

27. A tarefa que se impõe no momento é, portanto, a ampliação da mobilização e da unidade dos setores democráticos e progressistas da sociedade em defesa da democracia e contra os retrocessos que podem impor redução de direitos sociais e trabalhistas. A construção, fortalecimento e aproximação das ações de polos de unidade do movimento social como a Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem Medo, o Fórum 21 e outras articulações deve ser prioridade. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que tem atuado neste sentido, coloca este desafio no centro de sua preocupação. A defesa da democracia e a denúncia do golpe são indispensáveis para a consecução de qualquer agenda de luta pela democratização da comunicação.



Secretaria: Setor Comercial Sul, Quadra 06, Ed. Presidente, sala 206, nº141
CEP 70327-900, Brasília-DF
Telefone geral: (61) 3224-8038 | Administrativo: (61) 3223-3652
CNPJ: 01.132.437/0001-41
www.fndc.org.br